



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI 109/19

EMENTA: Dispõe sobre a instalação de placas informativas escritas em Braille e outros equipamentos destinados a pessoas com deficiência visual em paradas obrigatórias do transporte público, bem como no terminal urbano do município de Campo Largo, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU**, e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do município de Campo Largo, obrigado a instalar placas informativas, com escrita em braile nas paradas obrigatórias do transporte coletivo e no terminal urbano do município, destinados à informação para as pessoas com deficiência visual, relacionado ao transporte coletivo gratuito de passageiros.

Art. 2º Deverá constar nas placas: nomes e números de linhas de ônibus que tramitam nas vias, e também constarão resumos dos itinerários.

Art. 3º Em pontos finais e no terminal urbano de Campo Largo haverá placas com detalhamento do itinerário de cada linha e seus horários de partida e retorno, detalhadamente.

Art. 4º Os pisos do terminal urbano e das paradas obrigatórias deverão ser adaptados, com material de textura diferente do piso da calçada, com objetivo de indicar os limites das mesmas às pessoas com deficiência visual.



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

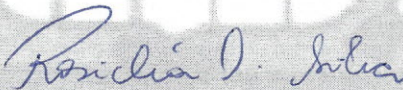
Art. 5.º Poderá o Poder Executivo Municipal, fazer constar em posterior contrato de prestação de serviço público de transporte coletivo, a obrigatoriedade da empresa prestadora do serviço, em instalar as placas em paradas obrigatórias que vierem a ser instaladas após a assinatura do contrato de prestação de serviço, bem como a manutenção das placas instaladas no terminal urbano.

Parágrafo Único – Até que seja assinado novo contrato de prestação de serviço público de transporte coletivo, após o devido processo licitatório, fica o Poder Executivo Municipal obrigado a fazer as adequações de que trata a presente Lei.

Art. 6.º O Poder Executivo Municipal fica com a responsabilidade de regulamentar no que couber a presente Lei, no prazo de 90 dias.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo, em 20 de Agosto de 2019



Rosicléa Oliveira da Silva

Vereadora